



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

* continuação

estabelecidas contratualmente, totalizando R\$ 30 milhões.

O diferimento do ativo intangível será realizado pelo método linear ao longo do prazo de vigência do contrato, estipulado em 20 anos, a contar da data de início do uso pela exclusividade previsto para janeiro de 2025.

A política contábil adotada pela CNP para o reconhecimento e a mensuração do ativo intangível relacionado ao balcão do banco BRB, em conformidade com a legislação vigente, incluindo testes periódicos de recuperabilidade conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 01 (R1) e CPC 04 (R1).

2.12. Apuração do resultado

As receitas decorrentes da venda de títulos de capitalização e os respectivos custos apropriados por meio da constituição de provisões técnicas são registrados no resultado da Companhia quando do efetivo recebimento.

Em relação aos títulos de pagamento único (PU), conforme previsto no inciso II, parágrafo 3º, art. 101º à Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, a Companhia mantém o reconhecimento de suas correspondentes receitas conforme critérios, metodologias e premissas descritas em estudo técnico elaborado pela Companhia.

As receitas com planos de capitalização prescritos são reconhecidas após o período de prescrição, de acordo com a legislação brasileira, que é de 5 anos após esta data. Destacamos que mesmo a legislação informando o prazo de 5 anos, a CNP Capitalização aguarda o prazo de 6 anos para prescrição e ainda assim, caso o cliente questione o valor após esse prazo estendido, o valor é disponibilizado.

As receitas financeiras abrangem juros sobre ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), variações de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) que são reconhecidos no resultado da Companhia, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR), perdas de crédito esperado reconhecidas nos ativos financeiros que estão reconhecidos no resultado.

As participações nos lucros devidas aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.13. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante, quando aplicável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

2.14. Plano de previdência privada

A Companhia oferece aos seus empregados um plano de previdência complementar, nas modalidades PGBL e/ou VGBL, contratado junto à Caixa Vida e Previdência S.A. Esse plano tem como objetivo complementar a renda na aposentadoria e pode ser utilizado como uma forma de investimento de longo prazo, com benefícios adicionais opcionais.

Nos termos do regulamento do fundo, a Companhia contribui com percentuais variáveis entre 2% e 12% do salário contratual do empregado. Além disso, a Companhia pode contribuir com até 100% do valor das contribuições voluntárias realizadas pelos empregados, conforme critérios estabelecidos no regulamento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou contribuições no montante de R\$ 10 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 81).

3. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para processos fiscais, civis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e civis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela Companhia para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área e a evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25.

3.2. Estimativas de recuperação de créditos tributários

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no caso que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

4. Gerenciamento de riscos

A implementação do Acordo de Basileia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP através da divulgação da Resolução CNSP nº 416/2021. A norma exige a implantação de estruturas de gestão de riscos e sistemas de controles, seguindo critérios mínimos específicos como designação de diretor estatutário responsável pelos controles internos (*Chief Risk Officer*), responsável por desempenhar funções de caráter de monitoramento e controle (2ª linha).

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor. O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados e reportados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos e *Compliance* da CNP Seguradora foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da Diretoria de Riscos e *Compliance* são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de *compliance*;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Implementar todos os pilares dos normativos *Solvency II* e *Own Risk and Solvency Assessment* - ORSA e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia;
- Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.

No que tange aos regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Ainda, com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a Diretoria de Riscos e *Compliance* junto à estrutura de Governança organiza regularmente comitês, sendo eles, os Comitês *d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia) e de Riscos e *Compliance*.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas políticas e normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e a integridade, à prevenção de fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível a colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento de relatos pelo Canal de Denúncia, estes são analisados e tratados pela Diretoria de *Compliance* e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados e as devidas ações tomadas.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente de serviços e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, entre outros.

A Companhia também possui processos e normativos internos relacionados à temas de *Compliance*, Risco Operacional e Controles Internos, Riscos Técnicos e Financeiros e Segurança da Informação.

4.1. Estratégia de subscrição

A política de subscrição é parte integrante do quadro de gestão de risco, ou seja, a política estabelece as condições dos produtos de Capitalização, em linha com as diretrizes estabelecidas pela Administração na forma de apetite a risco e objetivos estratégicos. Tais diretrizes permitem, através de um processo de tomada de decisão claro e partilhado, monitorar e gerir os riscos da Companhia.

4.2. Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo.

A liquidez é monitorada através do modelo de gestão de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*). O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações segundo a projeção de exigibilidade dos recursos é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender as demandas recorrentes.

A Política de liquidez de ALM vigente determina um conjunto de estratégias e mecanismos de monitoramento dos indicadores dos riscos. Desta forma, a gestão do fluxo de caixa estabelece critérios para gerir a manutenção de recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois considera as projeções revisadas periodicamente dos fluxos de caixa dos passivos e ativos e seu casamento. Além disso, a carteira é constituída por ativos classificados nas categorias "valor justo por meio do resultado - VJR" ou "outros resultados abrangentes - VJORA", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Sem vencimento	Até 1 ano	Mais de 1 ano	Mais de 5 anos
Valor justo por meio do resultado - VJR	–	473.672	–	10.638
Outros resultados abrangentes - VJORA	–	265.403	1.221.682	–
Títulos e créditos a receber/créditos das operações	–	21.597	–	21.597
Caixa e bancos	559	–	–	559
Total dos ativos financeiros (i)	559	760.672	1.221.682	10.638
Passivos financeiros - capitalização (ii)	–	1.773.348	–	1.773.348
Passivos financeiros	–	91.543	10.000	52
Total dos passivos financeiros	–	1.864.891	10.000	52

(i) O fluxo dos ativos é composto por fundos e títulos públicos e estão classificados, em quase sua totalidade nas categorias outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR), e em eventual necessidade de liquidez, podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa.

(ii) O fluxo dos passivos considerou a projeção de sorteios, de despesas administrativas, resgates a pagar e das provisões matemáticas a serem liquidadas pela Companhia.

Os passivos financeiros de capitalização registrados até 1 ano também podem ser cobertos por recursos de aplicações financeiras, com vencimento superior a 1 ano, que possuem liquidez imediata.

4.3. Risco operacional

A identificação, avaliação, análise e tratamento dos riscos, no processo de gerenciamento dos riscos operacionais, conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta administração até as diversas unidades organizacionais. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos corporativos, cabe à Gerência de Riscos e Controles Internos o mapeamento e monitoramento dos riscos operacionais, mediante o uso de ferramenta de gestão de riscos operacional, instituindo-se dispositivos de controle permanente.

Como atribuição, voltada à gestão dos riscos operacionais da Gerência de Riscos e Controles Internos devem:

- Atuar efetivamente como segunda linha de defesa;
- Propor e/ou consolidar as políticas de riscos, políticas de controles internos e política de perdas operacionais, de governança de riscos e outras que venham a ser aprovadas pela Diretoria Executiva;
- Promover junto à Gerência de *Compliance* as políticas de conformidade, fraude e prevenção a lavagem de dinheiro;
- Instituir, cumprir e fazer cumprir os padrões de monitoramento permanente de riscos e controles;
- Prover os órgãos de governança corporativa de informações atualizadas sobre a evolução do ambiente de controle;
- Orientar e apoiar os managers na gestão dos riscos operacionais e na proteção dos ativos organizacionais; e
- Disseminar a cultura de controle interno, de acordo com as diretrizes estratégicas.

Os gerentes responsáveis por cada área, além de suas responsabilidades específicas à função, devem:

- Atuar efetivamente como primeira linha de defesa;
- Gerir e ter propriedade sobre os riscos, implementando ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles;
- Manter os controles internos eficazes e conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, identificando, avaliando, controlando e mitigando os riscos; e
- Buscar continuamente a constituição de controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade, objetivando a vigilância sobre os controles, processos inadequados e eventos inesperados.

Os profissionais da Companhia que atuam na área de riscos e controles possuem capacidade analítica, visão estratégica e apurado raciocínio lógico. A Diretoria Executiva define políticas, que permitem o estabelecimento de normas, procedimentos, elaboração de cursos e cartilhas que são permanentemente atualizadas, de maneira consistente com o planejamento estratégico e com a estrutura organizacional definida em responsabilidades e atribuições, disseminando conhecimento para o gerenciamento do risco operacional.

A Administração tem acompanhado a evolução da cultura de mitigação de riscos do Grupo, na medida em que promove a conscientização da necessidade de conhecer e diagnosticar as perdas operacionais, manter histórico e adotar medidas de redução de perdas, principalmente, junto aos profissionais de *front office*.

4.4. Risco de mercado

4.4.1. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras, ativa e passiva de uma Companhia. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco.

4.4.2. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-Risk* (VaR), o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela SUSEP, e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizáveis para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
 - Intervalo de confiança de 99%;
 - Horizonte temporal de um dia; e
 - Volatilidade sob o critério EWMA.
- O *Value-at-Risk* da carteira de investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 7.550 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 1.427). Esse valor representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

4.4.3. Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:

- Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os Fundos e Carteiras dos Clientes;
 - Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos Fundos, conforme regras preestabelecidas;
 - Acompanhar diariamente os limites de risco de cada Fundo, verificando seu enquadramento;
 - Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (VaR) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
 - Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia.
- Cabe à Área de Controle de Risco da Companhia:
- Avaliar e definir os limites de investimentos para cada categoria (títulos públicos, títulos privados, ações);

- Informar aos Gestores, os limites de alocação por ativo e os limites de VaR;

- Solicitar aos Gestores, em caso de desenquadramento, o reequilíbrio dos fundos;

- Atualizar os limites de risco semestralmente ou em caso de mudança da taxa SELIC;

4.5. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em instrumentos financeiros (os *ratings* são obtidos com base nas agências avaliadoras de riscos que são *Standard & Poor's*, *Fitch Ratings* e *Moody's*). É utilizado o menor *rating* disponível entre essas três agências:

	31/12/2024		31/12/2023	
	BB (/)	Total	BB (/)	Total
Valor justo por meio do resultado - VJR	484.310	484.310	484.310	224.156
Fundos	–	–	–	–
Outros resultados abrangentes - VJORA	1.487.085	1.487.085	1.487.085	2.325.801
Letras financeiras do tesouro	35.753	35.753	35.753	824.883
Letras do tesouro nacional	887.848	887.848	887.848	389.776
Notas do tesouro nacional	563.484	563.484	563.484	1.111.142
Exposição máxima ao risco de crédito	1.971.395	1.971.395	1.971.395	2.552.552

(i) Para a classificação, foi considerado o *rating* internacional, que, de acordo com as agências classificadoras, está avaliado como BB.

5. Instrumentos financeiros

5.1. Resumo da classificação das aplicações

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão apresentados em outros valores.

	31/12/2024		31/12/2023			
	Valor	Valor do Custo	Valor	Valor do Custo	Sem Vencimento	Entre 01 e Acima de 05 anos
Valor justo por meio do resultado - VJR	484.310	484.274	224.156	224.156	403.253	70.419
Fundos de investimento	413.903	413.903	224.156	224.156	403.265	–
Debêntures	36.902	37.047	–	–	–	36.902
Letras financeiras	9.599	9.418	–	–	–	9.599
Nota comercial escritural	82	82	–	–	–	82
Operações compromissadas	23.836	23.836	–	–	–	23.836
Outros valores	(12)	(12)	–	–	(12)	–
Outros resultados abrangentes - VJORA	1.487.085	1.574.132	2.325.801	2.313.492	–	265.403
Letras financeiras do tesouro	35.753	35.755	824.883	824.984	–	26.149
Letras do tesouro nacional	887.848	927.904	389.776	389.272	–	174.258
Notas do tesouro nacional	563.484	610.473	1.111.142	1.099.236	–	64.996
Total	1.971.395	2.058.406	2.549.957	2.537.648	403.253	335.822

(ii) O saldo do balanço patrimonial é composto pelo valor justo.

5.2. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras está demonstrada a seguir:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Saldo inicial	Aplicações	Resgates	Rendimentos
Fundos	224.156	897.973	(660.990)	23.171
Letras financeiras do tesouro	824.883	256.757	(1.069.307)	23.321
Letras do tesouro nacional	389.776	1.486.221	(1.018.123)	70.535
Notas do tesouro nacional	1.111.142	581.236	(1.170.477)	100.477
Total	2.549.957	3.222.187	(3.918.897)	217.504

	31/12/2024		31/12/2023	
	Saldo inicial	Aplicações	Resgates	Rendimentos
Fundos	224.156	897.973	(660.990)	23.171
Letras financeiras do tesouro	824.883	256.757	(1.069.307)	23.321
Letras do tesouro nacional	389.776	1.486.221	(1.018.123)	70.535
Notas do tesouro nacional	1.111.142	581.236	(1.170.477)	100.477
Total	2.549.957	3.222.187	(3.918.897)	217.504

	31/12/2024		31/12/2023	
	Saldo inicial	Aplicações	Resgates	Rendimentos
Fundos	224.156	897.973	(660.990)	23.171
Letras financeiras do tesouro	824.883	256.757	(1.069.307)	23.321
Letras do tesouro nacional	389.776	1.486.221	(1.018.123)	70.535
Notas do tesouro nacional	1.111.142	581.236	(1.170.477)	100.477
Total	2.549.957	3.222.187	(3.918.897)	217.504

	31/12/2024		31/12/2023	
	Saldo inicial	Aplicações	Resgates	Rendimentos
Fundos	224.156	897.973	(660.990)	23.171
Letras financeiras do tesouro	824.883	256.757	(1.069.307)	23.321
Letras do tesouro nacional	389.776	1.486.221	(1.018.123)	70.5